

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Pro Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Departamento de Apoio e Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica

Mercado de Trabalho e Migração na década de 90:
O caso do Estado do Amazonas.

Bolsista: Amara Luciane Silva de Souza, CNPQ.

Orientador: Prof^o Dr^o Pery Teixeira.

Manaus
2010

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Pro Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Departamento de Apoio e Pesquisa
Programa Institucional de Iniciação Científica

Relatório Final

PIB-SA/0046/2009

Mercado de Trabalho e Migração na década de 90: O caso do Estado do Amazonas.

Bolsista: Amara Luciane Silva de Souza, CNPQ.

Orientador: Prof^o Dr^o Pery Teixeira.

Manaus
2010

Sumário

1. Introdução.....	5
2. Revisão da Literatura.....	7
2.1. Uma breve discussão sobre mercado de trabalho.....	7
2.2. <i>Migração.....</i>	9
2.3 <i>Migração e Mercado de Trabalho no Amazonas.....</i>	11
3. Descrição Metodológica.....	13
4. Resultados e Discussões.....	15
4.1. Características Migratórias.....	15
4.2. A participação e o Desemprego do Migrante e do Não Migrante no mercado de trabalho	22
5. Referências.....	25

Resumo

Este tem como objetivo investigar, no período da década de 1990, o efeito da migração como componente explicativo para o comportamento do mercado de trabalho urbano no Estado do Amazonas. Considerando a escassez de estudo sobre o tema no Amazonas, principalmente no estudo específico do migrante e não-migrante, o trabalho visa contribuir para a discussão desse tema tão relevante. Para a análise foram utilizados a taxa de participação, emprego e desemprego e níveis de ocupação do migrante e do não-migrante, assim como pirâmides etárias. A análise deduz que o mercado de trabalho vem sendo influenciado pelos fluxos migratórios com destino ao estado do Amazonas, assim como por ter ocorrido mudanças tecnológicas significativas no Brasil, e em particular nas indústrias instaladas no Amazonas (especialmente na Zona Franca de Manaus), devido à abertura comercial empreendida nessa década.

Introdução

Estudos sobre mercado de trabalho e migração já vem sendo realizados no Brasil desde a década de 70. Nesse período, a temática principal referia-se à inserção ocupacional do migrante na sociedade em que ele estava se integrando, como são exemplos os trabalhos de Mata e colaboradores (1973), Costa (1975), Martine (1976), Martine e Peliano (1978) dentre outros. A maioria desses trabalhos busca analisar os diferenciais entre os migrantes e os naturais da sociedade de destino quanto à inserção ocupacional, como também se o tempo de residência no local de destino influencia a melhoria da posição ocupacional do migrante no mercado de trabalho. Seguindo a linha de estudos acima, Januzzi (1999) afirma que o migrante ao chegar no local de destino se inseri em ocupações de baixa qualificação devido à *“pouca experiência, pelo desconhecimento dos mecanismos de funcionamento do mercado, pelos critérios seletivos usados pelos empregadores, pelas próprias referências de sobrevivência na sociedade de origem”*. À medida que aumenta o tempo de residência e com o conhecimento das oportunidades de emprego na sociedade de destino, esses migrantes melhoram o seu status ocupacional se engajando em ocupações mais qualificadas e com maior rendimento.

Esta linha de estudos que relaciona mercado de trabalho e migração perdeu importância durante a década de 80. Segundo alguns autores (Martine, Neupert, 1988; Cunha, 1995; Januzzi, 1999), este fato deveu-se a alguns fatores tais como: desistência do governo federal de implementar política migratória, limitações referentes aos dados levantados pelos órgãos oficiais, questões metodológicas. Além disso, Januzzi (1999) assegura que *“a disseminação da idéia, advogada por Merrick & Graham (1981), de que o status migratório jogasse um papel menos importante que outros condicionantes para a apreensão do grau de mobilidade no*

mercado de trabalho brasileiro parece ter contribuído para desprestigiar o recorte migrante/não migrante nas então crescentes e volumosas análises do mercado de trabalho que foram feitas ao longo da década”.

Na década de 90, essa linha de trabalho retornou como área de pesquisa importante devido às mudanças ocorridas com a abertura comercial, o que provocou mudanças na estrutura ocupacional das regiões brasileiras, inclusive da região Norte como são exemplos os trabalhos de Aranha (1996), Machado e Andrade (1995), Montali (1997), Januzzi (1999) dentre outros. Além de mudanças acima, ocorreram também modificações no processo de integração econômica relacionadas a concorrência capitalista e às inovações tecnológicas.

Na região Norte, os poucos estudos como de Silva (2004), Silva (2008), Nazareth (2008), Gonçalves (2008), tratam do mercado de trabalho verificam tão somente as características gerais da população inserida neste mercado, sem levar em consideração o comportamento entre os migrantes e não-migrantes. Nas últimas décadas, em áreas em que se verificou intenso fluxo migratório em decorrência de implantação de projetos industriais, como é o caso do Estado do Amazonas com a Zona Franca de Manaus, o estudo da dinâmica entre fluxos migratórios e mercado de trabalho é importante para entender como a população está distribuída segundo seu status ocupacional e como a migração pode estar influenciando a composição do mercado.

No sentido de contribuir para a discussão sobre o estudo da migração e mercado de trabalho no Amazonas, o presente estudo tem como objetivo geral investigar o efeito da migração como componente explicativo para o comportamento do mercado de trabalho no Estado do Amazonas. Define como objetivos específicos, os que seguem:

1) Analisar os fluxos migratórios com destino área urbana do Estado do Amazonas no período considerado;

2) Estimar e analisar as taxas de atividade, emprego e desemprego e os níveis de ocupação para o estado.

A necessidade de estudos sobre o tema para a Região Norte e, especialmente, para o Estado do Amazonas, tem colaborado para o desconhecimento da dinâmica ocupacional. Este período é especialmente importante por ter ocorrido mudanças tecnológicas significativas no Brasil, e em particular nas indústrias instaladas no Amazonas (especialmente na Zona Franca de Manaus), devido à abertura comercial empreendida nessa década.

Para a realização do estudo proposto, o presente relatório é composto pelos seguintes capítulos, além da introdução e da conclusão:

O segundo capítulo apresenta a revisão da literatura sobre mercado de trabalho e migração da população utilizada no estudo. Algumas abordagens sobre o tema são apresentadas, como também os principais conceitos empregados e os indicadores utilizados.

O terceiro trata das questões metodológicas abordando pontos como área em análise, indicadores estimados, fontes de dados e problemas em relação aos dados.

O quarto capítulo trata da discussão dos resultados encontrados durante a realização do trabalho, enfatizando a análise das taxas de participação, emprego, desemprego e nível de ocupação.

2. Revisão da Literatura

2.1. Uma breve discussão sobre mercado de trabalho

Quando se fala de mercado de trabalho, deve-se deixar claro que a procura por mão-de-obra é determinada pelos empresários e a oferta de mão-de-obra é determinada pelos indivíduos, no qual cada indivíduo em idade ativa decide a quantidade de trabalho que deseja ofertar.

Para Marx, quando se geram trabalhadores excedentes - que ele considera um exército de reserva -, no seu movimento contínuo de acumulação o capital¹, que é um fator de produção produzido pela riqueza e que gera renda, criando a necessidade de força de trabalho, a qual provoca um deslocamento em busca de emprego, tornando-se condição necessária para a acumulação.

Para os economistas clássicos, a oferta de trabalho é dada de acordo com o real², em que o trabalhador está mais disposto a ofertar sua força de trabalho quando se oferece a possibilidade de um poder de compra maior. Sendo assim, a remuneração do trabalho é flexível, pois é função do custo marginal da produtividade marginal do trabalho. Os clássicos acreditam que os trabalhadores conhecem os preços e os salários nominais e, com isso, conhecem seu poder de compra (Froyen, 2005).

Já na visão keynesiana a oferta de trabalho é dada pelo trabalho remunerado em termos nominais, ou seja, os salários são rígidos, e os trabalhadores conhecem os salários nominais, mas não os preços no curto prazo. Para os keynesianos, a oferta de trabalho depende dos salários nominais correntes e das expectativas dos níveis agregados dos preços (Abel, 2008).

Toda essa mão-de-obra é dada pela População em Idade Ativa (PIA), que é a população com mais de dez anos de idade, sendo a parcela da população que pode integrar a força de trabalho. E a População Economicamente Ativa (PEA) é a

¹ Sandroni, 2006.

² Salário real é o poder de compra do trabalhador, ou seja, é o valor de que ele dispõe para consumir.

parte da PIA - a qual é conhecida como força de trabalho - que decide participar do mercado de trabalho, ou seja, são os trabalhadores que estão ocupados ou em busca de emprego.

A participação na economia dessa população em Idade Ativa e Economicamente Ativa é dada pela Taxa de Participação que é calculada pela relação entre PEA e a PIA. Essa taxa serve como indicador de incorporação de novas pessoas no mercado de trabalho.

Além da Taxa de Participação, existem várias taxas que servem como indicadores no mercado de trabalho, como a Taxa de Desemprego, que mostra a proporção das pessoas desocupadas que estão tomando alguma providência para conseguir trabalho. Existe também o Coeficiente de Emprego, que mostra a proporção das pessoas empregadas no total da PEA.

O mercado de trabalho está sempre em movimento, pessoas entram e saem de seus empregos a toda hora. Por isso tem-se uma Taxa Natural de Desemprego, que indica o número de trabalhadores que estão provisoriamente desempregados. Os motivos desse “desemprego provisório” podem ser os mais variados, como o de deixar o emprego em busca de uma melhor remuneração ou até mesmo para investir nos estudos.

2.2. Migração

A migração tem papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo, devido ao deslocamento da força de trabalho impossibilitada de ser absorvida pela economia e sociedade do local de origem do migrante (Brito, 2000).

Há vários motivos que levam os migrantes a mudar seu local de residência. Um dos motivos seria a oportunidade de o indivíduo viver com condições sociais,

econômicas, políticas e físicas diferentes e melhores do que as do seu local de origem, assim como a possibilidade de novas oportunidades de trabalho, estudo ou, até mesmo, de lazer, ou seja, de melhores condições de vida, além da perspectiva de novas relações sociais e até mesmo de realizações pessoais que não poderia alcançar no seu local de origem, como a elevação da renda (Golgher, 2006).

O migrante pode ser classificado por vários aspectos, relacionados com sexo, idade, raça, escolaridade, renda, setor de atividade, relação no domicílio e setor urbano e rural. Pode ser classificado como migrante recente e não recente: o recente é aquele que fixou residência há menos de dez anos e o não recente é aquele que fixou residência há mais de dez anos no seu local de destino.

Todo indivíduo, quando migra, cria uma expectativa na sua melhoria de vida, e com isso o indivíduo migra disposto a ofertar sua força de trabalho, afetando indiretamente o mercado de trabalho. Santos (2006) confirma isso, afirmando que os movimentos migratórios contém um item chamado mercado de trabalho.

A migração pode ser definida como uma mudança permanente de local de residência, causando efeitos positivos e/ou negativos tanto nos locais de origem como nos locais de destino dos migrantes. Num sentido, poderia contribuir para o desenvolvimento das regiões, para o crescimento populacional, assim como para a troca de idéias e tecnologias entre indivíduos (Golgher, 2004). No entanto, Brito (2000) considera que ela também pode contribuir para a reprodução dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais entre as regiões.

Os indivíduos podem migrar por se sentirem atraídos para um estado ou região, assim como podem ser pressionados a sair de seus locais de origem por motivos econômicos e sociais. Para Golgher (2004, p.34) “os *determinantes da migração são habitualmente dados por dois fatores, que são conhecidos como: fator*

“push”, que significa ser empurrado ou impelido; e “pull”, que significa ser puxado ou atraído”.

2.3. Migração e Mercado de Trabalho no Amazonas

O estado do Amazonas vem obtendo um crescimento de sua população a cada década, Esse crescimento tem ocorrido desde a década de 50, mas isso se dá por relações diretas ou indiretas com a criação da Zona Franca e do Distrito Industrial de Manaus. Na origem desses fatos históricos Manaus passou por um processo de urbanização para ter toda a infra-estrutura necessária para receber a instalação das empresas que iriam se estabelecer no Distrito Industrial, assim como um grande fluxo migratório. Logo se entende que a migração para o Estado do Amazonas é uma “migração de trabalho” (Brasil,1996).

O estado do Amazonas foi um dos principais alvos de fluxos migratórios dirigidos à Amazônia nas décadas passadas, devido à implantação das indústrias e da criação do Pólo Industrial de Manaus, que demandavam mão-de-obra. Com isso, os indivíduos migravam em busca de emprego e de novas oportunidades, tendo o Amazonas ganho população de estados que impeliam seu excesso de mão-de-obra, entre eles os do Norte e Nordeste, com forte proporção de residentes no interior do estado.

A partir da década de 90 os imigrantes passam a apresentar características socioeconômicas diferente das de décadas atrás, porque o Brasil havia passado para um regime de economia aberta, no qual atraía novos investimentos e incorporava novas tecnologias, fazendo com que o mercado de trabalho necessitasse de pessoas mais qualificadas.

Machado, Oliveira e Carvalho (2003, pag. 6) dizem que “as reformas econômicas ocorridas nos últimos anos, em especial na década de 90, tendem a configurar um perfil de demanda por mão-de-obra enviesada por qualificação”. A migração também contribui para esse perfil de demanda, fazendo com que o mercado de trabalho se torne cada vez mais exigente.

Assim como o restante do país, as indústrias do Pólo Industrial de Manaus (PIM) sofreram a diminuição das vantagens comparativas³, atingidas que foram pela mudança ocorrida na estrutura econômica, devido à abertura do mercado brasileiro às importações, juntamente à implantação da política econômica de combate à inflação, que, a princípio, provocou queda na produção e aumento no desemprego da mão-de-obra, diminuindo o poder de barganha do trabalhador⁴. Baltar (1998) afirma que a abertura econômica e a valorização da moeda tiveram efeitos negativos na geração de emprego formal em todo o Brasil, chegando a agravar ainda mais a situação do desemprego, onde a População em idade ativa aumentava num ritmo intenso.

Para sobreviver a toda essa mudança na estrutura econômica, como no processo de substituição das importações, teve que implantar nova tecnologia. Isso significa organizar a produção e encontrar novas formas de produzir, além de introduzir novos produtos no mercado. Essa inovação tecnológica implicou numa procura por mão-de-obra qualificada, mudando a forma do emprego e confirmando a tese de Singer (2003) de que as mudanças estruturais causam uma elevação no desemprego e no subemprego trazendo um agravamento de exclusão social.

A mão-de-obra desqualificada, por sua vez, teve que se inserir em outras atividades, mostrando presença na economia, mas no setor de serviços. Santos

³ É quando um País tem vantagens em um determinado a outros países.

⁴ É o poder que o trabalhador tem de impor o salário que deseja ganhar.

(2006) destaca “o aumento no volume dos empregos que ocorreu principalmente em categorias com níveis baixos de salários, destacando-se garçons, vigilantes e serventes da construção civil”.

Não se pode deixar de falar da participação feminina no mercado de trabalho que foi e é importante, aumentada numa conjuntura de grandes fluxos migratórios feminino rural-urbano no estado do Amazonas, graças à implantação da Zona Franca e à criação do pólo industrial de Manaus, que atraía uma mão-de-obra barata e jovem, tipicamente de Zonas Francas Industriais. Essa força de trabalho feminina se inseria nos setores relojoeiros, materiais de transportes, metalúrgico, materiais de plásticos e óticos, entre outros, com uma participação de 65% em atividades de montagem, além de fazer parte de 75% da força de trabalho no setor eletroeletrônico do Distrito Industrial (Moura et al, 1984).

3. Descrição Metodológica

A análise teve por base a década de 90, período no qual foram analisados os efeitos da migração sobre o mercado de trabalho estadual.

As fontes de dados utilizadas para o estudo foram as Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílio (PNAD's) dos anos de 1992, 1996, 1998⁵ e os microdados do Censo demográfico de 2000 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Usou-se o Banco Multidimensional Estatístico (BME) para a obtenção dos dados das PNAD's, pois só ele possibilita a extração de microdados específicos dessa fonte para os anos analisados. O programa REDATAM, por sua vez, foi utilizado para possibilitar a extração dos dados e variáveis censitárias. Posteriormente, os dados rodados nos programas acima foram

⁵ O ano de 1994 não foi utilizado no estudo por causa que nesse ano não foi realizada a PNAD.

transferidos para o Excel onde as estimativas foram realizadas e os gráficos e tabelas elaborados para a sua apresentação.

Inicialmente, pensou-se em utilizar o censo demográfico de 1991 como uma das fontes para a realização do trabalho. No entanto, constatou-se durante a pesquisa que o referido censo não apresentava as mesmas definições que o censo de 2000 quanto à população ocupada e desocupada nessas para as estimativas dos indicadores propostos. As perguntas dos questionários da amostra dos censos referentes a estar ou não trabalhando usam períodos de tempo diferentes, o que induziria a erro na estimação dos resultados estimados. Desta forma, o censo de 1991 foi substituído pelas PNAD's realizadas durante a década de 1990. Em razão desta substituição de fonte de dados, os dados aqui trabalhados dizem respeito à população urbana do estado do Amazonas, uma vez que as PNAD's do período em análise compreendiam apenas este contingente demográfico dos estados da Região Norte.

As variáveis empregadas para as estimativas foram: a população urbana com 10 anos ou mais de idade, pessoas ocupadas, pessoas desocupadas em busca de trabalho, população em idade ativa, população economicamente ativa e pessoas que imigraram para algum município do estado em qualquer momento do passado.

A análise do mercado de trabalho teve como indicadores básicos as taxas de participação, emprego e desemprego e os níveis de ocupação da população urbana com 10 anos ou mais de idade dos residentes no Estado do Amazonas, segundo seu status migratório (migrante e não-migrante).

Onde os indicadores foram calculados das seguintes formas:

A taxa de participação é a relação entre a população ocupada e desocupada que está em busca de trabalho (PEA), com a população em idade ativa (PIA).

$$TP = PEA / PIA * 100$$

A taxa de emprego é dada pela relação entre a população ocupada e a população economicamente ativa. E a taxa de desemprego é a relação entre a população desocupada que está em busca de emprego e a população economicamente ativa.

$$TE = PO / PEA$$

$$TD = PD / PEA$$

Os níveis de ocupação foram encontrados pela relação entre a população ocupada (PO) e a População em idade ativa (PIA).

$$NO = PO / PIA$$

Para as estimativas dos indicadores, o migrante foi considerado como toda pessoa não natural nos municípios do estado do Amazonas, enquanto o não-migrante foi entendido como toda pessoa que nasceu no estado.

4. Resultados e Discussão.

4.1. Características Migratórias.

O Amazonas recebeu, a partir de 1960, um fluxo migratório intenso, com a criação da Zona Franca e com a implantação do Pólo Industrial de Manaus (Brasil et al, 2000). Esse fluxo migratório vindo em grande medida em busca de emprego e melhores condições de vida, proveniente de estados que tinham péssimas condições de vida. Golgher (2004) afirma que *“o indivíduo na base da pirâmide social tende a apresentar condições precárias de vida no seu local de moradia, principalmente pelos fatores econômicos que dificultam a possibilidade de níveis mínimos de renda, que garantem sua subsistência, então esses indivíduos são*

impelidos, e migram pela necessidade de obter uma renda melhor para garantir, no mínimo sua subsistência”.

Deve-se atentar para o fato de que atentar que as migrações tiveram grande participação feminina, já que as mulheres têm maior presença em migrações feitas a curta distância, do que nas migrações de longa distância, no que deixa explícita a migração de estados vizinhos para o Amazonas, que é o caso dos estados do Norte. Martine (1984) diz que as mulheres apresentam maiores participações em migrações para centros urbanos.

Na tabela seguinte pode observar o número de migrantes por sexo, assim como o total de migrantes para cada ano em estudo.

O Amazonas recebeu, a partir de 1960, um fluxo migratório intenso, com a criação da Zona Franca e com a implantação do Pólo Industrial de Manaus (Brasil et al, 2000).

A tabela 1 mostra que o volume de migrantes teve um aumento no decorrer do período estudo. Quando analisado o volume de cada ano, vê-se que somente no de 1998 teve uma pequena redução, mas depois tornou a aumentar esse volume, onde se observa que a redução do volume de migrantes em 1998, deu-se mais no sexo masculino do que no sexo feminino. Já para não migrantes o volume da aumentou em todo o período gradativamente.

Tabela 1. Estado do Amazonas

Volume de migrantes e não-migrantes segundo população total, população em idade ativa e população economicamente ativa – 1992/2000

Ano	MIGRANTE			NÃO-MIGRANTE		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
1992	224.709	114.601	110.108	1.346.006	646.878	699.128
1996	246.212	131.061	115.151	1.542.844	746.500	796.344
1998	226.811	114.204	112.607	1.668.543	796.612	871.931
2000	288.004	150.370	137.635	1.823.241	892.260	930.982

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1992/1998; IBGE. Censo demográfico de 2000.

Ao longo da década de 90 se observa que a população migrante em relação a população total (Tabela 2) teve uma variação ao longo do período. Onde se mostra essa redução um pouco maior no sexo feminino, no caso do sexo feminino os percentuais do início e final da década foi praticamente os mesmo.

Tabela 2. Estado do Amazonas

Percentual de migrantes sobre a população total – 1992/2000

Ano	MIGRANTE		
	TOTAL	Homens	Mulheres
1992	14,3	15,0	13,6
1996	13,8	14,9	12,7
1998	12,0	12,5	11,5
2000	13,6	14,4	13,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1992/1998; IBGE. Censo demográfico de 2000.

O Amazonas recebeu, a partir de 1960, um fluxo migratório intenso, com a criação da Zona Franca e com a implantação do Pólo Industrial de Manaus (Brasil et al, 2000). Esse fluxo migratório vindo em grande medida em busca de emprego e melhores condições de vida, proveniente de estados que tinham péssimas condições de vida. Golgher (2004) afirma que “o indivíduo na base da pirâmide social tende a apresentar condições precárias de vida no seu local de moradia, principalmente pelos fatores econômicos que dificultam a possibilidade de níveis mínimos de renda, que garantem sua subsistência, então esses indivíduos são

impelidos, e migram pela necessidade de obter uma renda melhor para garantir, no mínimo sua subsistência.

Deve-se atentar para o fato de que as migrações tiveram grande participação feminina, já que as mulheres têm maior presença em migrações feitas a curta distância, do que nas migrações de longa distância, no que deixa explícita a migração de estados vizinhos para o Amazonas, que é o caso dos estados do Norte. Martine (1984) diz que as mulheres apresentam maiores participações em migrações para centros urbanos.

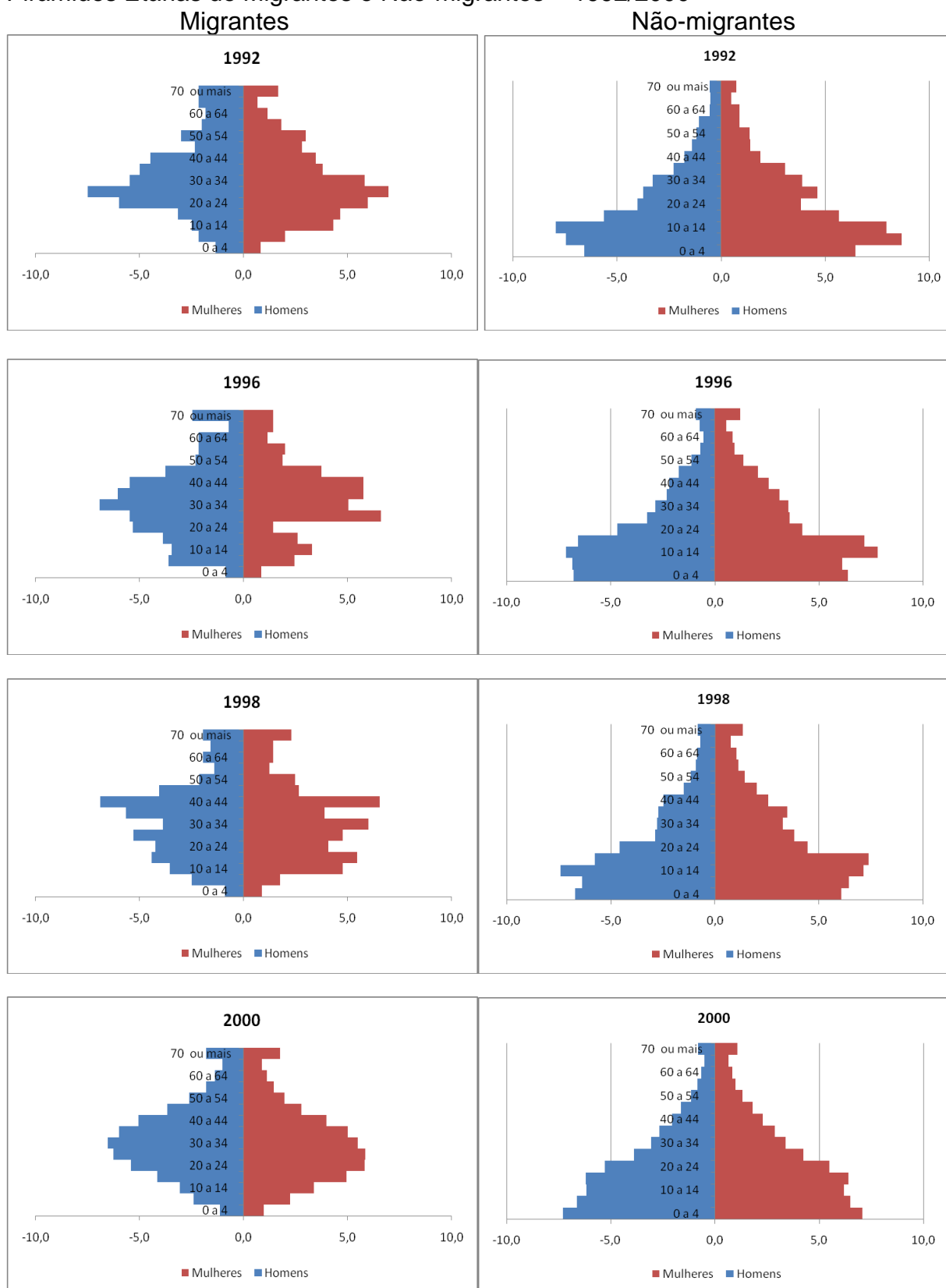
Na pirâmide de 1992 encontrava-se a população migrante concentrada nas idades jovens de 20 a 44 anos de idade, situação inversa da base e do topo da pirâmide, na qual ela é percebida em números menores.

Em 1996, a população migrante se concentra entre 5 a 50 anos, com o sexo feminino aparecendo mais nas faixas de 20 a 24, de 30 a 34 e de 35 a 39 anos. Já o sexo masculino é mais visível nas idades entre 20 e 39 anos, nas quais se percebe que a força de trabalho do migrante aumentou em ambos os sexos.

A pirâmide de 1998 mostra que a base da pirâmide se manteve na mesma proporção que a base da pirâmide de 1996, onde também mostra que houve um desequilíbrio na concentração na do volume de migrantes, com grande aumento nas idades entre 30 a 44 anos.

Em 2000, a pirâmide está com a população bem mais distribuída, em que os maiores efetivos se encontram nas faixas etárias ativas. A distribuição por sexo parece também bastante equitativa, em praticamente todas as faixas etárias. Essa pirâmide de 2000 é perceptível o aumento de imigrantes, contribuindo para o crescimento da população do estado.

Gráfico 1
 Estado do Amazonas
 Pirâmides Etárias de Migrantes e Não-migrantes – 1992/2000



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1992/1998; IBGE. Censo demográfico de 2000.

Houve um crescimento no Amazonas da População em Idade Ativa (PIA) e da População Economicamente Ativa (PEA) tanto no sexo masculino como no feminino assim como para migrantes e não migrantes, no período compreendido entre 1992/2000.

4.2. A participação e o Desemprego do Migrante e do Não Migrante no mercado de trabalho.

A taxa de participação é um indicador de grande importância, devido indicar a influência da força de trabalho, assim como, a inserção de novos indivíduos no mercado de trabalho. Esta é uma relação da População economicamente ativa com População em Idade Ativa.

A tabela a seguir mostra a taxa de participação total de migrante e de não migrante no mercado de trabalho por sexo para o estado do Amazonas, e vê-se que a mesma para todos os anos teve uma redução tanto para migrantes quanto para não migrantes. Na qual quando analisada isoladamente por sexo vê-se que a taxa de participação do migrante do sexo feminino reduziu-se mais do que a do sexo masculino, isso pode ser devido a ter ocorrido uma menor variação na PIA feminina que era em 1992 de 103.762 e em 2000 era de 128.309, em comparação com a PIA masculina que foi de 106.762 em 1992 e em 2000 foi de 140.209, então obviamente a taxa de participação feminina seria mais, uma vez que sua população em idade ativa é maior.

Tabela 3. Estado do Amazonas
Taxa de participação – 1992/2000

<i>Ano</i>	<i>MIGRANTE</i>			<i>NÃO-MIGRANTE</i>		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
1992	72,3	87,4	56,8	59,8	71,1	49,4
1996	71,0	81,6	58,4	52,6	63,4	42,9
1998	61,8	78,2	45,5	58,6	64,7	53,3
2000	64,1	78,3	48,6	51,9	62,0	42,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1992/1998; IBGE. Censo demográfico de 2000.

A tabela seguinte mostra as Taxas de Desemprego de 1992/2000, está permite notar um aumento no desemprego total da população do estado do Amazonas, em que também vê-se um aumento no para homens e mulheres tanto para migrantes quanto para não migrantes no período de 1992/2000. Quando analisadas as Taxas de Desempregos encontrou-se somente no ano de 1998 uma significativa redução no que o desemprego do migrante feminino, que pode ter sido dada pela Implantação de Industrias do setor eletroeletrônico, relojoeiro, componentes plásticos, na qual estes setores buscavam mão-de-obra mais delicada para alocá-las na produção de acabamentos, embalagens, mostrando que o individuo além de entrar no mercado de trabalho com sua força de trabalho, entra também com suas qualidades individuais de sexo, cor, nacionalidade e idade. Assim a mulher fica submetida à mobilidade do trabalho com suas características particulares e específicas à sua condição de mulher (MOURA; PINTO; SILVA E CASTRO, 1984).

Tabela 4. Estado do Amazonas
Taxa de desemprego – 1992/2000

<i>Ano</i>	<i>MIGRANTE</i>			<i>NÃO-MIGRANTE</i>		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
1992	4,7	0,8	10,8	8,3	5,2	12,5
1996	8,6	3,9	16,4	9,1	6,2	12,8
1998	5,8	3,4	9,9	21,8	12,2	31,9
2000	17,5	13,9	24,0	24,6	20,7	29,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1992/1998; IBGE. Censo demográfico de 2000.

Esse aumento no desemprego pode ter sido dado pelo processo de abertura comercial e financeira e pelas privatizações que aceleraram a entrada de produtos importados e capital estrangeiro alterando as condições de concorrência no mercado interno que forçou as empresas tomarem medidas para reduzir os seus custos, isso implica automaticamente na força de trabalho, aumentando o desemprego, cujas medidas são a primeira mão cortes de pessoas e terceirização de atividades (LEONE, 2002).

Há várias variáveis utilizadas para explicar o comportamento do mercado de trabalho, que podem ser a estabilização, choques externos como até mesmo e a constituição de 1988.

Esse aumento no desemprego também ser justificado pela diminuição da inflação que assombrava o Brasil, onde o Brasil meados de 1993 vivia em recessão e com um desequilíbrio macroeconômico manifestado pela a elevada inflação, mas em 1994 o governo reduz abruptamente a inflação, ajudado pelo aumento de importações principalmente de todo tipo de bens duráveis e não duráveis, causando uma elevação intensa do consumo como consequência da estabilização dos preços e volta do crédito. Segundo NAZARETH a estabilização, decorrente da redução da inflação a partir de 1995, também afetou a estrutura produtiva e de empregos.

4.3. O emprego do Migrante e do Não Migrante no mercado de trabalho

O emprego teve uma reação inversa do desemprego no período de estudo, pois taxa de emprego do migrante teve redução de 95,3 em 1992 para 91,4 em 1996, mas logo teve um aumento novamente de 94,2 em 1998 para 82,5 em 2000. Analisando separadamente o emprego para migrantes por sexo vê-se que a Taxa de Desemprego para homens reduziu-se sem flutuações, mas no entanto a taxa para mulheres já teve oscilações nos anos de 1998 reduzindo-se em 1992 de 89,2 para 83,6 em 1996 e logo depois teve uma ascensão em 1998 para 90,1 reduzindo-se novamente em 2000 para 76,0.

Tabela 5. Estado do Amazonas
Níveis de Emprego – 1992/2000

<i>Ano</i>	<i>MIGRANTE</i>			<i>NÃO-MIGRANTE</i>		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
1992	95,3	99,2	89,2	91,7	94,8	87,5
1996	91,4	96,1	83,6	90,9	93,8	87,2
1998	94,2	96,6	90,1	78,2	87,8	68,1
2000	82,5	86,1	76,0	75,4	79,3	70,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1992/1998; IBGE. Censo demográfico de 2000.

Na seguinte tabela pode-se considerar os níveis de ocupação do migrante vem se reduzindo no mercado de trabalho assim como os níveis de ocupações do não migrante.

Tabela 6. Estado do Amazonas
Níveis de ocupação – 1992/2000

<i>Ano</i>	<i>MIGRANTE</i>			<i>NÃO-MIGRANTE</i>		
	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres
1992	69,0	86,7	50,7	54,8	67,5	43,2
1996	64,9	78,4	48,8	47,8	59,5	37,4
1998	58,3	75,6	41,0	45,9	56,8	36,3
2000	52,9	67,5	37,0	39,1	49,2	29,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1992/1998; IBGE. Censo demográfico de 2000.

As mudanças na estrutura ocupacional que ocorreram desde a década de 80, pela desistência do governo federal de implantar política migratória, e principalmente com abertura economia, e com as inovações das indústrias, deve ter influenciado também no aumento desse desemprego e na redução do emprego no Amazonas tanto para migrantes como para não migrantes, no qual boa parte da força de trabalho era desqualificada, em que o desemprego pode até ser chamado de desemprego tecnológico. O perfil da qualificação vem se alterando onde os processos de modernização e racionalização cultivados as empresas buscam conter na sua estrutura ocupacional trabalhadores com o melhor perfil de escolaridade (ROSANDISKI, 2000).

Portanto afirma-se que mercado de trabalho teve como componente explicativo a migração, uma vez que esta impelia mão-de-obra barata dos outros estados brasileiros pela grande concentração de demanda por mão-de-obra. Assim como migração outro fator influenciou no mercado de trabalho no Amazonas que foi a abertura econômica, devido seus efeitos multiplicadores.

6. Referências

ARANHA, V. *Migração na metrópole paulista: avaliação segundo a PED e PVC*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, X, out/1996, Caxambu. Anais... Belo Horizonte, 1996. V.2, p. 705-724.

BALTAR, Paulo. *Emprego e Informalidade das ocupações urbanas no Brasil dos anos 90*. XI Nacional de Estudos e Pesquisas Populacionais da ABEP, 1998.

BRASIL, Marília Carvalho. *A migração interestadual na região norte na década de 70*. X Encontro Nacional de Estudos e Pesquisas Populacionais da ABEP, 1996.

BRASIL, M. Carvalho; MOURA, H. Augusto; SANTOS, Carlos A. *A imigração indocumentada no estado do Amazonas*. XII Encontro Nacional de Estudos e Pesquisas Populacionais da ABEP, 2000.

BRITO, Fausto. *Brasil final do século: A transição para um novo padrão migratório?* XII Encontro Nacional de Estudos e Pesquisas Populacionais da ABEP, 2000.

FROYEN, Richard T. *Macroeconomia/Richard T. Froyen*; tradução de Esther Hershokovitz, Célia Bartalotti; revisão técnica de Roland Veras Saldanha Jr. – São Paulo: Saraiva, 2005.

GOLGHER, André Braz. *Fundamentos da Migração*, 2004.CEDEPLAR.

GOLGHER, André Braz. *Diagnóstico do Processo migratório no Brasil1: comparação entre não-migrantes e migrantes*. Texto para discussão nº282, Cedeplar, de 2006.

GONÇALVES, Rogério da Cruz. *Análise do Mercado de Trabalho urbano estado do Amazonas, no período de 1993 a 2003*. Manaus: UFAM, 2007. Dissertação.

LEONE, Eugenia Troncoso. UNICAMP/IE. *Mudanças no Trabalho da Mulher Na região Metropolitana de São Paulo nos Anos 90*. XIII Encontro Nacional de Estudos e Pesquisas Populacionais da ABEP, 2002.

MACHADO, Ana Flávia; OLIVEIRA, Ana Maria H. Camilo; CARVALHO, Nayara Franco. *Tipologia de qualificação da força de trabalho: Uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade*. Texto para discussão CEDEPLAR nº218, agosto de 2003.

MACHADO, Ana Flávia, MOREIRA, Maurício Mesquita. *Os Impactos da abertura comercial sobre a remuneração relativa do trabalho no Brasil*. CEDEPLAR, texto para discussão, 2001.

25

MARTINE, G (ed.). *Migrações internas*. In: Simpósio sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica no Brasil. Rio de Janeiro, 1976. Anais... Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1977.

MARTINE, George; NEIVA, Ivany C.; MACEDO, Marle. *Migração, crise e outras agrupas*. X Encontro Nacional de Estudos e Pesquisas Populacionais da ABEP, 1984.

MONTALI, L. *Família, trabalho e migração*. In: PATARRA, N. et al (orgs). *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: 1980-1993*. Campinas: Ed. IE/UNICAMP-FAPESP, 1997. p. 261-318.

MOURA, Edila Arnaud Ferreira et al. *A utilização do trabalho feminino nas indústrias de Belém e Manaus*. IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 1984.

NAZARETH, Tayana Corrêa. *Emprego e Desemprego urbano no estado do Amazonas: Uma análise a partir da Abertura Comercial*. Manaus: UFAM, 2008. Graduação (Monografia).

ROSANDISKI, Eliane Navarro. *Panorama das Mudanças no Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos 90*.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia* Editora best seller. São Paulo-SP, 1999.

SILVA, Priscila Alves da. *As Populações Femininas Economicamente Ativas e Ocupadas na década de 90: os casos do estado do Amazonas e de Manaus*. Manaus:UFAM, 2004.Graduação (Monografia).

SILVA, Priscila Alves da. *Ocupação no estado do Amazonas: um estudo sobre sua composição no período a 1991 a 2000*. Manaus :UFAM, 2008.Especialização (Monografia).

26

